

CONTRIBUINTES DO IBS E DA CBS E OPERAÇÕES NÃO ONEROSAS

Quem é contribuinte do IBS e da CBS?

Art. 21. É contribuinte do IBS e da CBS:

I - o **fornecedor** que realizar operações:

- a) no desenvolvimento de atividade econômica;
- b) de modo habitual ou em volume que caracterize atividade econômica;
ou
- c) de forma profissional, ainda que a profissão não seja regulamentada;

**Regra geral: desenvolver atividade econômica ou profissional,
com habitualidade**

Quem é contribuinte do IBS e da CBS?

Art. 21. É contribuinte do IBS e da CBS: (...)

II - o **adquirente**, ainda que não enquadrado no inciso I deste *caput* ***(ainda que não seja para atividade econômica ou com habitualidade)***, na aquisição de bem:

- a) apreendido ou abandonado, em licitação promovida pelo poder público; ou
- b) em leilão judicial;

III - o **importador**; ***(independe de ser para atividade econômica ou com habitualidade)***

IV - aquele previsto expressamente em **outras hipóteses** nesta Lei Complementar.

Fator gerador do IBS e da CBS

Regra geral:

realizar operações onerosas com bens ou serviços, em caráter habitual, configurando atividade econômica ou profissional.



Mas há exceções

Exceção: tributação de operações não onerosas

Art. 5º O IBS e a CBS **também incidem** sobre as seguintes operações:

I - fornecimento não oneroso ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços, nas hipóteses previstas nesta Lei Complementar;

II - fornecimento de brindes e bonificações;

III - transmissão, pelo contribuinte, para sócio ou acionista que não seja contribuinte no regime regular, por devolução de capital, dividendos *in natura* ou de outra forma, de bens cuja aquisição tenham permitido a apropriação de créditos pelo contribuinte, inclusive na produção; (se a distribuição de lucros aos sócios ocorrer em bens da empresa, em relação aos quais a empresa aproveitou créditos de IBS e CBS) e

IV - demais fornecimentos não onerosos ou a valor inferior ao de mercado de bens e serviços por contribuinte a **parte relacionada**.

§ 1º O disposto no inciso II do *caput* deste artigo:

I - não se aplica às bonificações que constem do respectivo documento fiscal e que não dependam de evento posterior; e

II - aplica-se ao bem dado em bonificação sujeito a alíquota específica por unidade de medida, inclusive na hipótese do inciso I deste parágrafo. (a alíquota não pode ser unidade de medida)

§ 2º Para fins do disposto nesta Lei Complementar, considera-se que as partes são relacionadas quando no mínimo uma delas estiver sujeita à influência, exercida direta ou indiretamente por outra parte, que possa levar ao estabelecimento de termos e de condições em suas transações que diverjam daqueles que seriam estabelecidos entre partes não relacionadas em transações comparáveis.